



Paisagem Cultural: Diálogos entre o Natural e o Cultural

Luciana de Castro Neves Costa¹

Universidade de Caxias do Sul – RS.

Susana de Araújo Gastal²

Universidade de Caxias do Sul – RS

Resumo: Diante das novas concepções acerca do entendimento de patrimônio cultural, surge no contexto acadêmico e no das autoridades da área patrimonial, a categoria Paisagem Cultural como proposta de preservação e valorização de territórios. No Brasil, sua adoção como bem patrimonial é ainda recente, e carece de estudos que contemplem suas possibilidades e limitações, principalmente referentes aos seus efeitos sobre a atratividade de destinos turísticos. Nesse sentido, o presente trabalho, de caráter exploratório, visa contribuir para a compreensão da certificação de Paisagem Cultural Brasileira, por meio do resgate da trajetória de migração do conceito, originário da Geografia, à sua adoção como bem patrimonial pela UNESCO e pelo IPHAN. Para embasar esta investigação, procedeu-se a resgate teórico fundamentado por pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: Turismo; Patrimônio Cultural; Paisagem Cultural.

1 INTRODUÇÃO

Visto como um fenômeno essencialmente espacial, o turismo dispõe basicamente do espaço, seja em sua manifestação urbana ou rural. O Turismo as utiliza como matéria-prima, congregando atrativos naturais e culturais ali presentes, associando-as a estruturas que dão suporte às viagens. Como colocado por Pires (1999, p. 162), a “razão de ser do turismo – aquilo que mais caracteriza esse fenômeno – é o deslocamento (...) das pessoas de um lugar

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – UCS, RS. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, RS. < lux.costa@terra.com.br >

² Prof^a Dr^a. do Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – UCS, RS, e do Curso de Graduação em Turismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. < sgastal@terra.com.br >.

para outro no espaço, então o turismo pode ser concebido como uma experiência geográfica na qual a paisagem se constitui num elemento essencial”.

Isso significa dizer que, seja qual for a modalidade praticada, a atividade turística possui na paisagem um elemento que, por sua grande atratividade, a coloca como fundamental aos processos de planejamento, gestão e divulgação da atividade. Segundo Catrogiovanni (2002, p. 132), a paisagem “envolve os elementos físicos/naturais, suas interações, assim como todas as intervenções e articulações provocadas pela ação humana”. Desse modo, compõem a paisagem os elementos históricos e culturais que sinalizam o processo organizacional dos diversos grupos sociais, construídos ao longo do tempo.

A adoção do conceito de Paisagem Cultural por órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio em nível nacional e internacional é recente, evidenciando uma nova lógica em relação ao patrimônio cultural. Altera-se a concepção bipartida entre as esferas natural e cultural, para uma concepção mais integradora do espaço e de seus produtores. Nesse sentido, mais estudos se fazem necessários sobre essa nova categoria de patrimônio cultural, a fim de entender seu funcionamento e sua potencialidade na classificação e gestão da qualidade do território, e seu efeito na atividade turística.

Neste sentido, o presente estudo visa contribuir para esta análise, ao propor um estudo exploratório que permita o resgate teórico do conceito de Paisagem Cultural na Geografia, onde ele se origina, assim como sua trajetória como bem patrimonial dentro do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – , a fim de estabelecer sua possibilidade em dar conta da complexidade que permeia o patrimônio na contemporaneidade e sua influência na atratividade das localidades para o turismo.

2 A Paisagem na Geografia

O conceito de Paisagem Cultural se afirma na Escola de Berkeley, na Califórnia (EUA), no início do século XX. Está fundamentado no artigo “A Morfologia da Paisagem” (The Morphology of Landscape), escrito pelo geógrafo norte-americano Carl Ortwin Sauer, em 1925, que viria a se tornar um dos principais expoentes na defesa do caráter científico da paisagem dentro da Geografia.

Segundo Salgueiro (2001), a concepção de paisagem surge inicialmente ligada à pintura. Esta desempenhou um papel determinante na construção dos códigos estéticos de apreciação da natureza. A pintura de paisagens levou as pessoas a encarar a natureza de outra maneira, pois ao fazer dela tema de quadros, objeto e condição de beleza, valorizou o

território como fonte de espetáculo, fruição estética, e instituiu uma nova forma de olhar o território em busca do prazer (*idem*). Nas artes, o conceito Paisagem só passaria a ganhar lugar de destaque, a partir do Renascimento. Antes, o indivíduo e a Natureza seriam uma coisa só; nela inseridas, as pessoas não poderiam lançar o *olhar sobre*, caracterizando o distanciamento que permitisse olhá-la como um *objeto*, ou seja, *um outro* separado de mim.

Neste momento, a Paisagem ainda não é apresentada nas expressões plásticas como cena, pois todos os elementos são tratados separadamente, como elementos de fundo. É indiferente se os elementos de fundo são flores, folhagens, animais, ou outro grafismo qualquer. “Flores, folhas e árvores coisas que podem ser pensadas isoladamente. Uma montanha é uma ‘coisa’, quando a sua forma é suficientemente egrégia para a distinguir do conjunto. As primeiras paisagens são constituídas por estes elementos individuais” (CLARK, s/d, p. 164). As ‘coisas’ são tratadas de forma naturalista, e as pessoas, se presentes, estão integradas a elas. Luchiari (2001, p. 15) defende que até o século XVIII “a paisagem era sinônimo de pintura. Assim, foi na mediação com a arte que o sítio (o lugar) adquiriu estatuto de paisagem”. Estabelece-se assim, após a dessacralização da natureza, uma nova relação da sociedade com seu espaço, anteriormente dominado por uma lógica teológica, e sua abertura à condição de objeto de estudo científico.

A presença da paisagem na Geografia europeia se faz presente desde o século XIX, quando esta se constitui como disciplina científica na Alemanha (SALGUEIRO, 2001). Seu conceito, entretanto, era difuso, pois o termo *landschaft* tanto significava uma porção limitada da superfície terrestre cuja configuração de elementos lhe davam unidade, quanto a aparência do espaço tal como era percebido por um observador. As traduções oriundas da palavra alemã mantiveram tal ambigüidade, levando a que, inclusive atualmente a paisagem, possa ser caracterizada por essas duas especificidades.

É neste contexto de surgimento da Geografia que se manifestam as primeiras considerações do aspecto cultural das paisagens, sendo um dos primeiros autores a discorrer sobre o assunto e inclusive propor o termo Paisagem Cultural o geógrafo alemão Otto Schlüter. *Kulturlandschaft*, ou paisagem cultural foi o termo criado por Schlüter para designar a paisagem transformada pelo trabalho do homem, em oposição à *Naturlandschaft*, ou paisagem natural, da qual o homem estaria ausente (RIBEIRO, 2007). Influenciado pela tradição alemã, Carl Sauer apropria-se dos conceitos de paisagem cultural e paisagem natural para dar subsídios à sua construção da paisagem como conceito de unidade da Geografia, para caracterizar a associação geográfica de fatos, físicos e culturais. O conteúdo da paisagem seria encontrado nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas de

seu uso, em fatos de base física e fatos da cultura humana (SAUER, 1998). Por este motivo, a paisagem apresentaria uma unidade bilateral indissociável: sua expressão física e sua expressão cultural, unidas, inter-relacionadas e interdependentes. Para Sauer, a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. Nessa equação, “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (1998, p. 59). Tratava-se este artigo de uma tentativa de romper com o determinismo ambiental e geográfico que dominava a geografia norte-americana.

Uma das grandes críticas ao trabalho de Sauer fora a consideração exclusiva das formas materiais na análise da configuração da paisagem. Essa percepção, como se verá a seguir, viria a ser refutada a partir da década de 1970, com a nova concepção da relação homem-natureza desenvolvida pelos geógrafos humanistas e pela nova Geografia Cultural, a partir do reconhecimento do simbolismo da paisagem. De qualquer forma, Sauer teve uma grande contribuição no desenvolvimento do estudo da paisagem, ao propor a utilização do método morfológico para análise da paisagem, transformando-a assim em objeto de estudo que poderia ser pesquisado através dos métodos científicos da época.

No final do século XX, a relação indivíduo-ambiente é colocada em novos termos, marcando uma transição do enfoque sobre os aspectos objetivos (a esfera física), para os aspectos subjetivos da paisagem (o modo de ver e a relação sujeito/objeto). Sob esta nova perspectiva, a paisagem passa a ser encarada predominantemente como uma construção mental da percepção do território analisado, que ultrapassa a dimensão visível, os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo. A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio.

A partir da década de 1970 inicia-se o processo de formação de uma nova Geografia Cultural, que vem conferindo consistência científica à paisagem cultural, e estimulando a retomada de sua importância. Atualmente, tanto a dimensão objetiva/física quanto a dimensão subjetiva/simbólica subsidiam a análise ou leitura da paisagem, que pode incluir desde um inventário eco-geográfico até a utilização de lendas, mitos, representações que as populações elaboram sobre seus espaços a fim de compreender sua dinâmica de constituição.

3 Paisagem: novas dimensões de um conceito

Os conceitos de “paisagem geográfica” e “paisagem cultural” mesclam-se e interpõem-se constantemente nas bibliografias a respeito, dada a consideração da dimensão

cultural das paisagens. Para fundamentar a discussão, nos utilizaremos tanto do conceito estrito de Paisagem Cultural, quanto de autores que enfocam a dimensão cultural das paisagens.

A Paisagem Cultural pode ser compreendida como um “produto concreto e característico da interação complicada entre uma determinada comunidade humana, abrangendo certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais” (WAGNER e MIKESELL, 2003). Segundo Castrogiovanni (2002, p. 65), “paisagem é uma unidade visível do território, possui uma identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural, contém espaço e tempo distintos – o passado e o presente –, ou seja, um acúmulo de tempos desiguais”.

A paisagem cultural apresenta-se sob a forma de um sistema. Os objetos que existem juntos na paisagem existem em inter-relação. Constituem uma realidade como um todo que não é expressa pela consideração das partes componentes separadamente. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes, portanto a paisagem apresentaria uma qualidade orgânica. Segundo Bertrand (apud SOARES, 2004, p. 49), a paisagem é o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de “elementos físicos ou abióticos, biológico ou antrópico que reagindo dialeticamente uns sobre os outros fazem da paisagem um conjunto único e indissociável que evolui em bloco”.

Na condição de suporte físico, o meio natural apresenta-se como de fundamental importância para a configuração da paisagem cultural, pois fornece os materiais e disposições apropriados pela ação humana com as quais a paisagem é formada. Neste sentido, são grandes e variadas as possibilidades de arranjos espaciais, que dependerão fundamentalmente da intensidade e qualidade da intervenção humana no espaço e de sua influência nas manifestações dela decorrentes (TORELLY, 2008). A paisagem não participa como suporte passivo, mas sim como existência ativa, integrante e testemunha de uma dinâmica cultural que se constrói no tempo e se manifesta no espaço.

Por se tratar do resultado da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural, o tempo aparece como variável fundamental tanto na construção como na interpretação da paisagem cultural. Para Santos (2002, p. 103), “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, expressam as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Trata-se de uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano. Tal afirmação expressa o caráter evolutivo e dinâmico da paisagem, em sua configuração e manifestação espacial. Ainda conforme Santos (2002, p. 106) “o seu caráter de palimpsesto, memória viva de um passado já

morto, transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho”, pois, essa imagem permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto. A paisagem possui uma qualidade transtemporal, uma construção transversal, que une passado e presente em sua configuração espacial. É história congelada mas participa ao mesmo tempo da história viva, influenciando a vida no espaço.

Sua dimensão temporal nos leva então à sua dimensão simbólica. De acordo com Berque (1998), a paisagem assume o papel simultâneo de paisagem-marca e paisagem-matriz. A paisagem é uma marca pois expressa o trabalho de um grupo, mas também é matriz pois participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação que canalizam, em certo sentido, a relação com o espaço e com a natureza. Dentro desta perspectiva, Claval acrescenta que a paisagem possui ao mesmo tempo uma faceta funcional e outra simbólica, tornando-se uma “vitrine permanente” da cultura. Como matriz cultural, as paisagens através da configuração de seus elementos “servem como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos”, contribuindo para a transmissão de geração à geração de crenças, atitudes, valores e saberes (CLAVAL *apud* CORRÊA, 2001, p. 290). Nessa perspectiva, todas as paisagens contêm significado simbólico, visto que são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem, no qual foram impressos traços culturais e simbólicos de cada grupo (COSGROVE, 1998). A paisagem participa do sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio, o que leva a uma relação afetiva do homem com seu meio.

4. Paisagem Cultural e Preservação Patrimonial

O conceito de Paisagem Cultural surge no contexto nacional e estrangeiro para responder à crescente complexidade da sociedade contemporânea e a velocidade cada vez maior dos processos sociais e econômicos, e sua influência na descaracterização dos territórios (ALMEIDA, 2007). Desde o século XVIII, o conceito de patrimônio cultural e os instrumentos necessários à sua preservação evoluem em abrangência qualitativa e quantitativa, permitindo gradativamente em maior grau e diversificação, a preservação de cidades, conjuntos arquitetônicos, edifícios, obras de arte e de usos e costumes de natureza artística, lúdica ou utilitária, apesar dos processos de degradação ambiental e urbana correntes na atualidade. A adoção e transformação do conceito geográfico em uma classificação de bem patrimonial vem ao encontro da necessidade um conjunto mais amplo e diversificado de instrumentos de preservação cultural e ambiental, de planejamento urbano, assim como de

uma nova postura quanto ao comportamento de gestores e populações envolvidas na gestão e manutenção da qualidade do território.

A consideração da Paisagem Cultural como bem patrimonial, apesar de sua tradição nas discussões geográficas e de outras áreas científicas, começa a tomar forma a partir da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1972, com a criação da Lista do Patrimônio Mundial. Nesta lista, os bens inicialmente poderiam ser inventariados e classificados de duas maneiras, a partir do valor atribuído a eles: como patrimônio natural e patrimônio cultural, evidenciando o antagonismo entre as categorias, numa concepção que refletia a preocupação bipartida com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados, num lado a preservação de sítios culturais e no outro a conservação da natureza (RIBEIRO, 2007). Posteriormente, surge a classificação de bem misto, criada para abarcar aqueles bens que tinham sua inscrição justificada tanto por critérios naturais quanto culturais, mas sem que a relação ou integração entre eles fosse objeto de análise ou valoração.

O desenvolvimento da consciência ambientalista, o crescente movimento de preocupação com o meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável, acabou por provocar uma valorização em âmbito internacional da relação harmoniosa entre homem e meio ambiente. Influenciada por este contexto, em 1992, a Convenção do Patrimônio Mundial passa a ser o primeiro instrumento legal a reconhecer e proteger paisagens culturais, ao consagrar-lhe como um bem patrimonial independente, como uma categoria dentre as demais classificadas como Patrimônio Cultural Mundial, passível de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Antes desse período, a paisagem já constava em documentos de natureza patrimonial, porém analisada ora sob seu aspecto de entorno, de ambiência de determinado bem cultural, geralmente arquitetônico, como na Carta de Atenas, de 1931, ora por sua qualidade estética, como a Convenção de Washington, em 1940, relativa à salvaguarda das paisagens de beleza rara (relacionada quase que estritamente à natureza e ao conceito de belo).

De acordo com a ICOMOS – International Council of Monuments and Sites - (2009), a inscrição da Paisagem Cultural como bem se dá por considerá-las ilustrativas da trajetória histórica da sociedade humana e seus assentamentos sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem. Como critérios de seleção constam seu valor universal e sua representatividade em termos de uma região geocultural definida e ainda por sua capacidade de ilustrar elementos culturais essenciais e distintos de determinada

região. A Paisagem Cultural pode ser dividida em três categorias (ICOMOS, 2009, p. 01 e 02):

- a) **Paisagem claramente definida:** envolve jardins e parques criados propositalmente, por motivos predominantemente estéticos, que geralmente (mas não sempre) estão associados com construções monumentais ou religiosas. São as mais facilmente identificáveis, de acordo com o ICOMOS. São exemplos de paisagens claramente definidas Sintra, em Portugal, e a Paisagem Cultural de Lednice-Valtice na república Checa.
- b) **Paisagem evoluída organicamente:** tal categoria resulta de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso, e que desenvolveu sua forma atual por meio da associação com e em relação ao ambiente natural. Tais paisagens refletem seu processo de evolução em suas características e componentes espaciais. A paisagem evoluída organicamente se subdivide ainda em outras duas tipologias: **Paisagem Relíquia ou Fóssil:** aquela cujo processo de construção teve fim em algum tempo passado, mas cujos aspectos ainda são visíveis como vestígios materiais; e **Paisagem Contínua:** representativa da paisagem que detêm um ativo papel na sociedade contemporânea, profundamente associada com formas de vida tradicionais, e na qual processos evolutivos ainda estão em progressão, ao mesmo tempo em que exibe significativa evidência material de sua evolução através do tempo. São exemplos da Paisagem Organicamente Evoluída os terraços de arroz da Cordilheira Filipinas ou a Paisagem Cultural de Hallstatt-Dachstein Salzkammergut na Áustria.
- c) **Paisagem cultural associativa:** refere-se a paisagens que têm seu valor dado em função das associações que são feitas acerca delas, mesmo que não haja manifestações materiais da intervenção humana. Sua inclusão justifica-se pelas associações religiosas, artísticas ou culturais com o elemento natural, sem a evidência material da cultura, que pode ser insignificante ou ausente.

Atualmente, a lista possui 70 exemplares classificados como Paisagem Cultural, distribuídos em vários países, sendo sua principal concentração na Alemanha, Itália, Portugal e Reino Unido. A inclusão da categoria da Paisagem Cultural na Lista do Patrimônio Mundial levou conseqüentemente à remoção dos critérios naturais e culturais que se referem à interação entre homem e meio ambiente, cabendo esse papel à Paisagem Cultural (RIBEIRO, 2007).

Apropriando-se da experiência da inserção da categoria de Paisagem Cultural na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, o Brasil como signatário da Convenção, decide adotar

esta chancela para aplicação no patrimônio brasileiro. Entre os motivos justificadores da adoção do conceito de Paisagem Cultural como instrumento de preservação patrimonial no Brasil está a preocupação com os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens rurais e urbanas, que ameaçariam contextos sociais e culturais e tradições locais em todo o planeta. Além disso, aponta-se a deficiência de instrumentos de proteção que contemplem e abarquem integralmente o conjunto de componentes e a complexidade implícita na composição da paisagem cultural, uma vez que a maioria dos dispositivos legais referentes ao patrimônio os toma individualmente em sua dimensão natural e cultural.

A importância da apreciação não apenas dos bens patrimoniais predominantemente arquitetônicos, mas ainda de seu entorno já figura na Constituição Brasileira de 1988, que considera o Patrimônio Cultural Brasileiro como

O patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2007, p. 42).

Porém, similar ao processo percorrido pela UNESCO na classificação da Paisagem Cultural como bem patrimonial, inicialmente as paisagens ou eram categorizadas por seu valor natural ou por sua condição de ambiência dos bens principais, geralmente arquitetônicos.

As discussões a nível científico e principalmente institucional no Brasil sobre Paisagem Cultural verificam-se a partir de 2007, com eventos nos Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Estes deram origem à documentos sobre conceitos, aplicabilidade, objetos passíveis de chancela, entre outras informações discutidas nos eventos e que viriam a consolidar gradativamente a Paisagem Cultural no contexto de debate nacional. De acordo com a Carta de Bagé,

A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras espaciais e temporais. (IPHAN *et al.*, 2007, p. 02).

Em 2009, A Paisagem Cultural se institui como instrumento de preservação patrimonial do IPHAN, estabelecido pela Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Sob a perspectiva da Instituição, o objetivo da declaração de Paisagem Cultural Brasileira é conferir um selo de reconhecimento a porções do território nacional, onde a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular. Essa certificação funcionaria como meio de estabelecer normas para a gestão e uso da paisagem, tendo em vista sua defesa, manutenção e melhoramento de sua qualidade. Diferentemente de um processo de tombamento, a decisão para a contemplação de determinado local sob tal designação parte da população diretamente envolvida. Com ênfase em uma gestão compartilhada do território, a chancela implica o estabelecimento de um termo de compromisso ou de cooperação envolvendo o poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Baseia-se assim no estabelecimento de relação inter-institucional como ferramenta básica para uma política continuada de preservação, com as articulações das diferentes esferas de gestão e reforço dos aparatos legais vigentes nos diferentes âmbitos: municipal, estadual e federal. Deve contar ainda com a participação deliberativa das comunidades locais, organizações não-governamentais, universidades e instituições de pesquisa, entre outros atores envolvidos.

Podem ser enquadrados na categoria de Paisagem Cultural Brasileira sítios, parques, rotas e roteiros de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano (IPHAN *et. al.* CARTA DE BAGÉ ou CARTA DAS PAISAGENS CULTURAIS, 2007). Do mesmo modo como os demais bens culturais no Brasil, a Paisagem Cultural Brasileira está submetida às operações de intervenção e preservação, como identificação, proteção, inventário, registro, documentação, manutenção, conservação, recuperação, revitalização, valorização, divulgação, administração, uso, planejamento, entre outros.

Embora não exista uma legislação específica que regule a utilização de uma Paisagem Cultural Brasileira, pretende-se que o certificado possa ter um valor de proteção legal, estipulando normas de aproveitamento do território condizentes com a proposta de preservação e com os objetivos da comunidade envolvida. Outro desafio enfrentado na implementação da chancela é definir ao mesmo tempo um conjunto de normas gerais para as paisagens culturais brasileiras, e estipular um conjunto de normas específicas a cada paisagem específica, de modo a respeitar sua singularidade e suas características formadoras.

Atualmente, entre os projetos de candidatura encaminhados ao IPHAN para a obtenção da chancela de Paisagem Cultural Brasileira, podem ser mencionados: Rio de Janeiro como Paisagem Cultural Brasileira, RJ; Paisagem Cultural de Canudos, SE; Paisagem Cultural de Camocim, CE; Paisagem Cultural de Eslebão, AP; Paisagem Cultural de Pitimbu, PB; Paisagem Cultural de Valença, BA; Paisagem Cultural de Armação de Itapocoroí, SC; Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, SP; Paisagem Cultural da Rota da Imigração, SC; Paisagem Cultural da Serra da Bodoquena, MS; Paisagem Cultural do Domo de Araguainha, GO; Paisagem Cultural das Missões, RS; Paisagem Cultural Ferroviária de Ribeirão Vermelho, MG; Paisagem Cultural do Céu de Brasília, DF; assim como Paisagens Culturais de Itinerários Culturais Missão Cruls, Rota das Monções, Peabiru, Canudos, Rota do Mate, e outras³.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de Paisagem Cultural e sua aplicação enredam diferentes problemas ainda a serem solucionados. Uma das principais dificuldades de se trabalhar com o conceito é sua abrangência conceitual, “com delimitações indicativas sem contornos claramente definidos, permitindo avaliações com elevada subjetividade e sua utilização em um espectro de situações muito amplo” (TORELLY, 2008, s.p.). Principalmente no que se refere a sua utilização como certificação de valor concedida pelo principal órgão responsável pelo Patrimônio Cultural Brasileiro, posto que a subjetividade imanente à interpretação de paisagens dificulta a adoção dos critérios a serem avaliados na análise dos projetos de candidatura à tal chancela. Além disso, por tratar-se de um processo relativamente novo, engendra certos desafios a serem vencidos e certas discussões a serem trazidas à tona, a fim de consagrar tal chancela da maneira mais adequada possível. Em nível internacional, alguns estudos já foram realizados, como o de Vinuesa (2002), sobre a Paisagem Cultural de Aranjuez, na Espanha, porém no Brasil de acordo com as pesquisas realizadas, não há nenhum estudo acerca dos projetos encaminhados ou da potencialidade da certificação de Paisagem Cultural Brasileira como instrumento de valorização e preservação patrimonial.

As atuais concepções a respeito do patrimônio cultural passam a engendrar formas mais integradas de preservação e valorização de bens patrimoniais compreendendo o ambiente em sua totalidade, inclusive de seus habitantes, envolvendo natureza e cultura, em

³ Conforme informações obtidas junto a Carlos Fernando Moura Delphim, técnico do IPHAN, em 25/02/2010.

sua dimensão tangível e intangível, o que compete para a valorização de diferentes espaços em toda a sua complexidade. A certificação concedida pelo IPHAN como forma de reconhecimento deve servir para reforçar o compromisso com a conservação da paisagem, e para impulsionar estratégias de recuperação da qualidade do local.

O turismo, enquanto prática social, está em condições de resgatar a potencialidade subestimada da paisagem como recurso e mediação no desenvolvimento de localidades, estimulando não somente sua proteção mas sua recuperação e utilização criativa, agregando a dimensão polissêmica da paisagem à sua multifuncionalidade, tanto para seus usuários diretos, sua população, quanto para àqueles interessados em conhecê-la (VINUESA, 2002). A certificação pode vir a contribuir para o estímulo ao aumento de vínculo afetivo da população com seu território, o que por sua vez tem consequências na atração de potenciais visitantes, pois a paisagem interessa antes a seus próprios habitantes e só numa relação de estima com ela é que despertará o interesse alheio. Conforme afirma Yázigi (1999) a paisagem, para os habitantes, desempenha várias funções, como espaço mediador para a vida, e constitui-se em espaço de referências múltiplas: geográficas, psicológicas, e como elemento da memória social, através de suas marcas. A paisagem apresenta-se assim como um recurso comum e compartilhado, e merecedor de cuidados em função de sua multifuncionalidade e sua importância para os partícipes desse espaço. Somente é possível a continuidade vital das paisagens em sua inserção cuidadosa e delicada nas novas malhas que o processo histórico atual vai gerando, onde sigam sendo viáveis e mantidas, sendo uma destas possibilidades de agregar valor à paisagem o turismo. Por considerar todos os envolvidos na qualidade da paisagem, como instituições públicas e privadas, universidades e instituições de ensino, e sociedade civil, o turismo impulsionado pela chancela de Paisagem Cultural Brasileira pode vir a estimular e aliar geração de renda, inclusão social e preservação patrimonial. Assim, a qualidade da paisagem na medida em que puder ser considerada patrimônio preservável, não deixa de ser um capital investido, do maior interesse do grupo social. E, portanto, de ter um valor agregado (YÁZIGI, 1999).

Neste sentido, evidencia-se a necessidade de maiores pesquisas acerca da certificação da Paisagem Cultural Brasileira assim como das proposições de candidatura à tal chancela, a fim de melhor compreendê-la e adaptá-la à diversidade cultural que se manifesta no território brasileiro, compreendendo-as em suas configurações morfológicas e simbólicas de modo que as consiga traduzir em toda a sua complexidade e, portanto, potencialidade para o turismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Luiz Fernando. O Futuro é a Paisagem. In.: Jornal/Revista O Globo – 10/06/2007. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2007/06/11/opinia-o-futuro-e-a-paisagem/>

BERQUE, Auguste. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In.: CORRÊA, Roberto Lobato, e ROSENDAHL, Zeny. (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Por que Geografia no Turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre. In.: GASTAL, Susana. (org). **Turismo: 9 propostas para o saber-fazer**. 3ª Ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção Comunicação, 4).

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Existe uma Geografia do Turismo? In.: GASTAL, Susana; BENI, Mario Carlos; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). **Turismo: Investigação e Crítica**. – São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo Contexto).

CLARK, K. **A paisagem na arte**. Lisboa; Ulisseia, s/d

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In.: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – Seção 01 – Nº 83, terça-feira, 5 de maio de 2009, p. 17 – PORTARIA Nº 127, de 30 de abril de 2009.

ICOMOS – Internacional Council on Monuments and Sites. **World Heritage Cultural Landscapes**. UNESCO-ICOMOS Documentation Centre. Setembro 2009. Disponível em http://www.international.icomos.org/centre_documentation/bib/culturallandscapes.pdf

IPHAN; UFPEL; Prefeitura Municipal de Bagé. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. 2007, p. 01-02.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (Re)Significação da Paisagem no Período Contemporâneo. In.: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato.(org.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

PIRES, Paulo dos Santos. A Paisagem Litorânea como Recurso Turístico. In.: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri.; CRUZ, Rita de Cássia. (org). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. In.: **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, v. XXXVI, nº 72, 2001, p. 37-53. Lisboa, Portugal. Disponível em <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/>

SANTOS, Milton. O Espaço Geográfico: um Híbrido. In.: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SAUER, Carl Ortwin. A Morfologia da Paisagem. In.: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SOARES, Fátima Maria. A Paisagem como Campo de Estudo Geográfico. In.: **Revista Cadernos do Logepa** – Série Pesquisa, ano 02, nº 03. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2004. Disponível em <http://www.geociencias.ufpb.br/logepa/revistas>

TORELLY, Luiz Philippe Peres. Paisagem Cultural: uma contribuição ao debate. In.: **Portal Vitruvius**. Ano 09, v. 04, novembro de 2008. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc240/mc240.asp>

WAGNER, P. L.; e MIKESEL, M. W. Os Temas da Geografia Cultural. In.: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VINUESA, Miguel Angel Troitiño. Aranjuez: Patrimonio Cultural, Recuperación Urbana y Turismo. In.: **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**. Vol. Extraordinario, 2002.

YÁGIZI, Eduardo. Vandalismo, Paisagem e Turismo no Brasil. In.: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia. (org). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.